

ORGANIZADORES

THOMAZ JEFFERSON CARVALHO
NATHÁLIA SANTOS VERAS
MARIA CAROLINA CANCELLA DE AMORIM

ESTUDOS
HERMENÊUTICOS EM
HOMENAGEM AO PROF^o
DR. LENIO STRECK

Londrina/PR
2019


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
 www.editorathoth.com.br
 contato@editorathoth.com.br
 Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Thiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos hermenêuticos em homenagem ao prof^o Dr. Lenio Streck/
 coordenadores Thomaz Jefferson Carvalho, Nathália Santos Veras, Maria Carolina
 Cancellata de Amorim. – Londrina, PR: Thoth, 2019.

269 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-94116-38-3

1. Direito – Filosofia. 2. Hermenêutica (Direito). 3. Jurisprudência. 4. Positivismo
 jurídico. I. Carvalho, Thomaz Jefferson. II. Veras, Nathália Santos. III. Amorim,
 Maria Carolina Cancellata de.

CDD 340.1

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaela Ghacham Desiderato

CRB 14/1437

Índices para catálogo sistemático

1. Direito . Filosofia : 340.1

2. Hermenêutica (Direito) : 340.11

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
 responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO	13

CAPÍTULO 1

Marcelo dos Santos Garcia Santana

DEMOCRACIA E SOLIPSISMO: CONDIÇÕES E LIMITES DA DECISÃO JUDICIAL	23
Introdução.....	23
1 A questão do “positivismo jurídico” e da “discricionariade” de quem “decide”.....	24
2 O “pós-positivismo à brasileira” e o “neoconstitucionalismo”	27
3 A liberdade e a igualdade como pressupostos da deliberação.....	30
4 Modelos procedimental e substancial da democracia. Condições e limites da decisão judicial.....	32
5 O modelo cooperativo como definidor dos princípios ou quando a democracia substitui a discricionariade	35
Conclusão.....	37
Referências	38

CAPÍTULO 2

Thomaz Jefferson Carvalho

EXCESSO DE DISCRICIONARIEDADE NA QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO E SOLIPSISMO JUDICIAL COMO VIOLAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEMOCRACIA	41
Considerações iniciais	41
1 Prática da quebra do sigilo bancário e o excesso de discricionariade nos processos judiciais	42
2 A discricionariade brasileira nas decisões judiciais e a crise da democracia	44
3 Quebra de sigilo bancário por juízes solipsistas e a violação do acesso	

à justiça.....	47
Considerações finais.....	54
Referências.....	55

CAPÍTULO 3

Beatriz Abraão de Oliveira

O DIREITO E SUA APLICAÇÃO NO PÓS-POSITIVISMO

Introdução.....	57
1 Aspectos genéricos sobre o positivismo: a discussão atual.....	58
2 A importância da hermenêutica filosófica de acordo com velhos paradigmas do direito.....	60
3 Os direitos fundamentais e a constituição como bases para o positivismo	62
3.1 Hermenêutica filosófica segundo a ótica de Lenio Streck.....	63
3.2 Os modelos pós-positivistas	64
3.3 Os princípios como base para o neoconstitucionalismo	65
4 Características do pós-positivismo hermenêutico. Pensamento de Lenio.....	67
Conclusão.....	75
Referências	76

CAPÍTULO 4

Eujecio Coutrim Lima Filho

DEBATE ACERCA DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA -TEORIA DA DECISÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....

Introdução	79
1 Sobre a relevância da teoria da decisão no estado democrático de direito.....	80
Conclusão.....	89
Referências	89

CAPÍTULO 5

Nathália Santos Veras

O PROTAGONISMO JUDICIAL E SUAS ARBITRARIEDADES NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....

Introdução.....	93
1 Positivismo e realismo jurídico, causas e os efeitos do protagonismo judicial	95

2 Decisões judiciais ativistas recentes que colocaram o sistema jurídico em cheque	101
Considerações finais	105
Referências	106

CAPÍTULO 6

Maria Lúcia Sucupira Medeiros

A CRÍTICA STRECKIANA SOBRE A DISCRICIONARIEDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	109
Referências bibliográficas	128

CAPÍTULO 7

Jacqueline Lima Montenegro

O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	133
Introdução.....	133
1 Judicialização da política e ativismo judicial.....	136
2 O ativismo judicial e a hermenêutica jurídica.....	140
3 A teoria da decisão judicial.....	141
Considerações finais	146
Referências bibliográficas	147

CAPÍTULO 8

Djefferson Amadeus

Rafael N. Lima de Freitas

UMA RELEITURA CRÍTICA DA SANÇÃO NA TEORIA DA NORMA JURÍDICA EM SOCIEDADES MODERNAMENTE COMPLEXAS.....	149
1 Ciência do direito e a crise da teoria da norma jurídica como fator de reautonomização do sistema social jurídico	149
2 Atributos da sanção jurídica enquanto norma e a sua redefinição crítica em contextos de sociedades complexas	154
Conclusões.....	156
Referências	157

CAPÍTULO 9

Alex Maia Esmeraldo de Oliveira

A ANÁLISE HERMENÊUTICA DO ART. 489, § 2º DO CÓDIGO	
--	--

DE PROCESSO CIVIL À LUZ DA CRÍTICA HERMENÊUTICA DO DIREITO: SUA (IN)COMPATIBILIDADE CONSTITUCIONAL ...	159
Considerações introdutórias.....	159
1 Necessária compreensão da funcionalidade de regras e princípios. Da confusão epistemológica entre ambos lançada no Art. 489, § 2º do Código de Processo Civil.....	161
2 Adequada compreensão do princípio no atual estágio da ciência do direito na perspectiva da CHD.....	163
3 A regra do Art. 489, § 2º como projeção das premissas dogmáticas do NCPC no campo hermenêutico. uma análise feita sob a lente da crítica hermenêutica do direito.....	167
Conclusão.....	175
Referências	177

CAPÍTULO 10

Abel Fernandes Gomes

SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E ATIVISMO JUDICIAL.....	181
Introdução.....	181
1 A atividade judicial no enfrentamento da questão	183
2 Estado de coisas inconstitucional e medidas judiciais adotadas.....	186
3 Saída democrática - mais hermenêutica e menos discricionariedade .	192
Conclusão.....	195
Referências bibliográficas	195

CAPÍTULO 11

Maria Carolina Cancelli de Amorim

OS PROVIMENTOS JUDICIAIS VINCULANTES E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO	197
Introdução.....	197
1 Adoção dos provimentos judiciais vinculantes no ordenamento jurídico brasileiro	198
2 A utilização dos provimentos como filtro da judicialidade excessiva.	200
3 Análise dos provimentos judiciais vinculantes diante das garantias constitucionais do processo	202
3.1 Princípio de acesso à justiça e atendimento à celeridade e efetividade do processo.....	202
3.2 Princípio da isonomia.....	205
3.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa	206
3.4 Princípio da independência dos magistrados.....	208
3.5 Princípio da segurança nas relações jurídicas: previsibilidade e	

proteção da confiança	209
3.6 Princípio da duração razoável do processo	210
Conclusão	212
Referências	213

CAPÍTULO 12

Rosana Júlia Binda

UMA CRÍTICA À JURISDIÇÃO ENUNCIATIVO-APOFÂNTICA NO BRASIL: A INTERPRETAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO IN “O QUE É ISTO – DECIDO CONFORME O ENUNCIADO”	217
Introdução.....	217
1 A utilização da linguagem como estratégia de poder.....	218
2 Em “tempos interessantes”, a manutenção do poder: um projeto de continuidade via jurisdição enunciativa... uma cautelar de sentidos.....	224
Conclusão.....	231
Referências bibliográficas	232

CAPÍTULO 13

Maria Lourdes da Cunha

DIREITOS “NÃO” LEVADOS A SÉRIO NO BRASIL: ^{42*} PREMÊNIA PARA ABERTURA DE SALAS DE CONVERSA COM A HERMENÊUTICA JURÍDICA	235
Introdução.....	235
1 Estado da questão.....	237
2 Hermenêutica jurídica.....	240
3 A viragem linguística.....	241
4 Enunciados	242
5 Coerência e integridade	244
6 Ensino jurídico.....	246
Considerações Finais.....	248
Referências	249

CAPÍTULO 14

Tennyson Oliveira Travassos Alves

UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E A SUA POSSÍVEL UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO AO COMBATE À CORRUPÇÃO NAS OBRAS PÚBLICAS	251
Introdução.....	251
1 Breve histórico	252
2 Entrada no sistema tributário nacional	255
3 A contribuição de melhoria brasileira	259

4 Aspectos relevantes da contribuição de melhoria brasileira	260
Conclusão.....	265
Referências	266